



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 **4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE** 2 **FRANCA – 06 DE MAIO DE 2021.**

3 Ao sexto dia (06º) dia do mês de maio de dois mil e vinte e um (2021), às dez horas e trinta minutos (10h30),
4 iniciou-se a quarta (4ª) Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca do ano de
5 2021. Devido a situação de emergência em saúde pública da Covid-19 a reunião aconteceu no formato virtual, na
6 plataforma de videoconferência da Prefeitura no link: <https://conferencia.franca.sp.gov.br/b/mar-fx9-wn9>,
7 conforme recomendações e orientações normativas. A reunião foi coordenada pelo presidente e representante titular
8 da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência Social, Senhor
9 Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião quinze (15) conselheiros(as), sendo nove (09) da
10 Sociedade Civil e seis (06) do Poder Público, com (as)os seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Cloves Plácido
11 Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Yheda Maria Lanes Gaioli, Óiter Cassiano Marques, Laura Cristina
12 Gomes Lima, Carlos Eduardo dos Santos, Maria Aparecida Morais Oliveira, Jandira de Almeida Ramos, Jussara
13 Barreto. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Rute Alves Silveira, Rosemar da Silva, Gisleide
14 Branquinho Ramos e Luís Otávio Montelli. **Conselheiros(as) Suplentes:** Josiane Aparecida Antunes Campos e
15 Iara Flávia Afonso Guimarães. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: 1 – Ordem do dia: – Chamada e
16 *Verificação de quorum;* – *Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes.* 2. Aprovação da pauta. 3.
17 Assuntos – 3.1 – Apresentação de Relatório e Parecer de Visitas realizadas pela Comissão de Inscrição e
18 Acompanhamento: 3.1.1 – *Deliberação sobre o Parecer e proposta de encaminhamentos - Visita à Casa de Apoio*
19 *Dom Pedro Luiz;* 3.1.2 – *Deliberação sobre o Parecer e proposta de encaminhamentos – visita ao Centro POP;*
20 3.2 – Apresentação de Denúncia recebida, Relatório de Visita, Parecer da Comissão e proposta de
21 encaminhamentos. O Presidente Óiter iniciou a reunião cumprimentando os presentes e dando as boas vindas
22 aos(às) convidados(as). Dando sequência, passou a palavra para a Secretária Executiva, Maria Amélia, que realizou
23 a chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do quórum, com treze (13) conselheiros(as) titulares ou
24 suplentes na titularidade. Foram apresentadas as justificativas de ausência dos(as) seguintes conselheiros (as):
25 Ketelin – Ricardo Berbel Martins, Geraldine Garcia Fuga Menezes, Cláudia Maria Fragoso Cerqueira, Ana Paula
26 Pinto Marafiga, Karla Regina Messias Oliveira, Susana Mendes de Carvalho, Silvia Helena Bertolino dos Santos e
27 Leandro Ferreira. Dando sequência, a 1ª secretária do conselho, Jussara Barreto, fez a leitura da pauta, que foi
28 aprovada sem alterações. Passou-se, então, ao primeiro assunto da pauta, item **3.1.1 – Deliberação sobre o Parecer**
29 **e proposta de encaminhamentos - Visita à Casa de Apoio Dom Pedro Luiz;** Óiter deu início ao assunto e passou a
30 palavra para Yheda, integrante da Comissão de Inscrição, responsável pela respectiva apresentação. A conselheira
31 Yheda explicou que a visita foi realizada em função da necessidade de análise para deliberação do CMAS de
32 repasse de um recurso do Estado que estava previsto para a entidade, destacando que esse serviço não é
33 cofinanciado, apesar de a entidade ser inscrita no CMAS. Disse que ao final do ano passado o governo estadual



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

34 direcionou uma quantia para ser repassada em cota única a um serviço de acolhimento em República de Adultos e
35 a única entidade que presta esse serviço no município de Franca é a Casa de Apoio Dom Pedro Luiz. Lembrou que
36 no começo desse ano a entidade teve ciência desta informação e pleiteou o recurso. A visita foi realizada dia 1 de
37 fevereiro de 2021, pelas conselheiras Yheda, Tina, Gisleide e a secretária executiva Maria Amélia. As conselheiras
38 foram recebidas pelo Pe.Marcos, a assistente social Lauane e a psicóloga. A equipe da entidade apresentou o
39 espaço, que é amplo e muito bem cuidado, com capacidade suficiente para atender a atual demanda, sendo uma
40 quantidade significativa de pessoas egressas das comunidades terapêuticas que não têm para onde ir. A única
41 pontuação a respeito do espaço físico é sobre a carência de acessibilidade, mas analisando as circunstâncias de
42 modo geral, especialmente pelo fato de não contarem com cofinanciamento, há de ser justificado, no entanto é algo
43 que precisa ser melhorado. A entidade é custeada por meio de uma subvenção da Secretaria de Saúde, no valor de
44 R\$60 mil, uma única vez ao ano. A renda é complementada com recursos da nota fiscal paulista, da qual os
45 usuários fazem a separação das notas fiscais, que, após lançadas, geram um rendimento de R\$5 mil por mês, além
46 de eventuais e esporádicas doações. A equipe de profissionais conta com o serviço de uma assistente social, uma
47 psicóloga, coordenador e cuidadores, que foram contratados com recurso próprio – grande avanço para a entidade
48 pois esses cargos eram ocupados de forma voluntária, anteriormente. Além dessas questões estruturais, foi
49 conversado a respeito da distribuição de atividades e rotina, que se assemelha a comunidades terapêuticas, e não de
50 repúblicas. Pontuou que representantes da entidade relataram dificuldades de estabelecer o referenciamento com as
51 unidades estatais. A comissão entende que há de se refletir sobre a dificuldade exposta pelos profissionais da
52 entidade a respeito do referenciamento das unidades estatais, uma vez que já fizeram diversas tentativas de contato
53 e não obtiveram retorno. Portanto ficou exposto para reflexão que esse é um serviço que não recebe
54 cofinanciamento, mas presta um serviço essencial e atende uma parcela significativa da população e o CMAS deve
55 pensar em como orientar a entidade na caracterização dos serviços, nos termos da tipificação nacional. A
56 conselheira Tina explicitou que esteve na visita feita a essa instituição quando foi inscrita no CMAS, e analisando o
57 longo período de trabalho compreende os avanços obtidos, apontando que dentro das possibilidades é uma entidade
58 que está muito bem organizada. Quanto à semelhança às comunidades terapêuticas, Tina compreende que vem da
59 referência da instituição que inicialmente foi idealizada num formato diferente, porém há que se considerar que a
60 mesma atende 20 (vinte) pessoas que provavelmente estariam desabrigadas caso não houvesse esse acolhimento.
61 Contudo as adequações precisam ser discutidas, a fim de dar uma devolutiva para a entidade. Para finalizar, Tina
62 comentou sobre a importância do Conselho estimular a diversificação de instituições para comporem a rede
63 socioassistencial. Gisleide disse concordar com as falas anteriores e frisou a necessidade de cofinanciamento para
64 as devidas melhorias, bem como o referenciamento. O presidente Óiter relatou que, da mesma forma que Tina,
65 também estava na visita que foi feita na entidade no momento de sua inscrição e que em sua percepção o serviço
66 está mais relacionado ao modelo de comunidade terapêutica do que à república. Entende que o trabalho é feito com



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

67 excelência, mesmo com as dificuldades do serviço, mas é necessário o questionamento a respeito de adequações a
68 fim de alcançar características de república. Pontuou que observa na entidade, características previstas na
69 Resolução – RDC Nº 29, de 30 de junho de 2011, que *“Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o*
70 *funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso,*
71 *abuso ou dependência de substâncias psicoativas.”* e sugeriu que os conselheiros façam a leitura e devida reflexão.
72 Tina, no entanto, disse discordar da fala de Óiter pois não enxerga o serviço dessa entidade como comunidade
73 terapêutica de forma alguma, e dispôs ainda que essas semelhanças podem existir por conta dos próprios usuários
74 que são egressos de tais comunidades e trazem essa vivência. Óiter, reafirmou que, pela sua experiência, enquanto
75 ex-trabalhador de uma comunidade terapêutica, disse entender que a proposta é a inscrição do serviço como
76 república, mas existem características semelhantes às comunidades que devem ser readequadas, apesar do
77 excelente trabalho da instituição. O conselheiro Carlos explicitou que o local onde o serviço está localizado
78 contribui para o caráter de comunidade terapêutica, uma vez que é descentralizado e dificulta o processo de
79 emancipação dos atendidos. Tina, refletindo sobre a fala de Carlos, disse que o espaço fica localizado onde há
80 passagem de linhas de ônibus, não inibindo o acesso total à área urbana. Pontuou que observa, também nos outros
81 serviços, ações e regras que não propiciam a emancipação do usuário, portanto a avaliação do conselho tem que ser
82 coerente, não há como exigir coisas diferentes de instituições/unidades que ofertam o mesmo serviço. Frisou a
83 importância dessa discussão e parabenizou a entidade por prestar atenção a essa população que é muito vulnerável,
84 sabendo do desafio que é esse trabalho. Maria Amélia informou que a instituição relatou que têm feito articulações
85 junto ao executivo municipal pleiteando o antigo espaço da AMAFEM. Contudo, o conselheiro Clóves informou
86 que a questão a respeito da mudança para o espaço da AMAFEM passou pelo Conselho de Saúde que deliberou
87 desfavoravelmente, em vista da má adequação do espaço, estando impróprio para uso. A opinião é de que se a
88 Prefeitura fizer essa mudança, terá que investir ou fazer repasse financeiro para as devidas reformas. Cidinha expôs
89 que pensa que são 20 (vinte) pessoas atendidas com possibilidade de reorganizar suas vidas, desde que a entidade
90 foi inscrita identificou-se questões que precisavam de ajustes, que já estão em andamento, mas precisam continuar
91 para que o serviço venha a se constituir como república. Entretanto o referenciamento e apoio financeiro se faz
92 necessário, a entidade precisa se reorganizar dentro da Política de Assistência Social e para isso é preciso
93 acompanhamento mais próximo, integração com a rede socioassistencial, com os serviços do Abrigo, Casa de
94 Passagem e Centro Pop. A conselheira Gisleide pediu que Clóves explicasse sobre o recurso que a entidade recebe
95 da Saúde e porque o Conselho de Saúde fez tal deliberação. Clóves explicou que a instituição não recebe repasse da
96 Secretaria de Ação Social, então utilizam recurso da Secretaria de Saúde, em torno de R\$60mil anualmente para
97 custear recursos humanos. Jandira perguntou se os conselheiros tinham conhecimento de outra entidade que
98 executa serviços de assistência social e recebem recursos da Saúde. Cidinha informou que a entidade Sociedade
99 Espírita Legionárias do Bem também recebe recursos da saúde para o Berçário Dona Nina. Tina expôs que em tese



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

100 essa entidade não deveria receber recurso da Saúde, mas sim da Assistência Social, contudo esta política não faz o
101 repasse e não tem auxiliado no processo de reorganização da instituição. Finalizou dizendo que a Assistência
102 precisa assumir sua função de oferecer proteção social à população. Jandira apontou que o CMAS também deve
103 batalhar por recursos e pela co responsabilidade das três esferas (estado, município e União), e mais do que nunca
104 cobrar pelo financiamento híbrido para atendimentos que requerem ambas políticas, como ILPIs, berçário e
105 comunidades terapêuticas. Pontuou que essa questão que precisa ser aprimorada e avançada na sua forma de
106 funcionamento. Os conselheiros concordaram com a fala de Jandira e o presidente Óiter completou dizendo que a
107 Assistência Social vive uma luta constante na defesa e garantia de recursos para manutenção das entidades e do
108 cofinanciamento adequado dos serviços. Tina sugeriu que o CMAS faça um ofício de devolutiva à instituição
109 apontando as questões a serem readequadas e pontuar os avanços que a instituição obteve desde sua inscrição, além
110 de elaborar um ofício à gestão solicitando referenciamento, muito embora essa entidade não seja cofinanciada.
111 Cidinha sugeriu que o CMAS estude o serviço de república para que os conselheiros tenham clareza e segurança do
112 assunto a fim de elucidar as questões com a própria entidade, uma vez que observa-se que não há uma unicidade de
113 opiniões quanto ao serviço executado. O colegiado concordou em fazer contato com outros municípios que tenham
114 experiência com o serviço de república, a fim de verificar a possibilidade de apresentarem o trabalho para os
115 conselheiros, além da importância do colegiado se apropriar das orientações elencadas na tipificação. Devido ao
116 horário, o colegiado decidiu realizar uma reunião extraordinária dia 20 de maio, onde voltarão a discutir o restante
117 dos itens da pauta, e buscará organizar esse momento de reflexão sobre o serviço da república. Finalizada a reunião
118 e nada mais havendo a tratar, Óiter, presidente do CMAS, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às
119 onze horas e cinquenta minutos (11h50). A reunião foi gravada e o vídeo ficará disponível para consulta dos
120 conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a
121 presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista dos conselheiros presentes.